

Novas tendências do movimento migratório em Portugal

PORTUGAL É, por tradição, um país caracterizado pela circulação de pessoas de origens diversas. As entradas, saídas e permanências têm oscilado em função da época histórica e do contexto internacional vivido. Se, em determinados momentos, os fluxos de saída de pessoas têm sido tendencialmente mais relevantes, conferindo a Portugal uma imagem de emigração, noutras épocas, a entrada massificada de estrangeiros tem evidenciado a emergência de mudanças estruturantes na sociedade portuguesa, convertendo-o num país de imigrantes. A nível mundial, o processo migratório tem sofrido alterações significativas ao longo do tempo, com evidente alternância dos traços que o caracterizam, estando diretamente de-

pendente do contexto internacional. Em Portugal, tanto a entrada como a permanência de imigrantes têm sido fortemente condicionadas pelas tendências internacionais, sendo paralelamente estimuladas pelas características da estrutura socioeconómica do país (Reis *et al*, 2010). Por um lado, o sector produtivo que sustenta o modelo económico nacional continua a pressupor a implicação de um elevado número de postos de trabalho não requerendo, no geral, qualificação; por outro lado, a estrutura demográfica portuguesa permanece envelhecida, o que não permite uma adequação entre a população activa e as necessidades económicas e produtivas mais imediatas.

A análise da situação migratória em Portugal representa, só por si, um desafio, já que os dados disponíveis são oficiais, não traduzindo com realismo a totalidade dos estrangeiros residentes, sobretudo os que entraram no país e se mantêm em situação irregular. A população estrangeira residente é habitualmente identificada com os imigrantes com estatuto legal, ou seja, os indivíduos de nacionalidade não portuguesa que têm autorização ou cartão de residência, conforme os requisitos apresentados pela legislação em vigor.

Elementos de caracterização num país de imigrantes

Portugal tem sido, ao longo do tempo, um país procurado por imigrantes. Contudo, nos últimos anos, a tendência evidencia um crescimento muito intenso e concentrado num curto espaço de tempo. Em 1975, os dados oficiais indicavam a existência de 31 mil residentes estrangeiros, situação rapidamente incrementada, já que em 1989 o número de imigrantes ascendia aos 100 mil, alcançando um novo patamar com 208 mil no ano 2000 e passando a rondar os 452 mil em 2009 (Reis *et al*, 2010: 88; SEF, 2009).

A tendência evidenciada pelos dados oficiais, que naturalmente encobre todos os estrangeiros residentes com situação por regularizar, é de crescimento e valorização. Portugal é um país considerado como preferencial pelos imigrantes. De acordo com o MIPEX, *Index III (Migrant Integration Policy, 2011)*, estudo liderado e editado pelo *British Council* e *Mi-*

gration Policy Group, contando com a colaboração de 37 organizações de nível nacional em 31 países¹ da Europa, Estados Unidos da América e Canadá, Portugal é o segundo país no *ranking* geral das estratégias de integração de imigrantes. Neste contexto, os indicadores mais bem avaliados que traduzem a situação portuguesa são a reunificação familiar e o acesso à nacionalidade (1.º lugar), seguidos da mobilidade no mercado de trabalho (2.º lugar), educação e residência de longo prazo (4.º lugar), medidas antidiscriminação (5.º lugar) e participação política (7.º lugar).

“O ano 2000 é, muitas vezes, considerado como um marco na situação migratória portuguesa.”

O ano 2000 é, muitas vezes, considerado como um marco na situação migratória portuguesa, já que é a partir desta altura que se registam fluxos acrescidos de imigrantes oriundos de países sem anterior tradição migratória em Portugal, chegando a adquirir um carácter massivo. Uma leitura superficial dos dados oficiais permitiria afirmar que nacionais de uma grande diversidade de países procuram Portugal para uma fixação de duração variável no tempo. Até ao ano 2000, a maioria dos residentes estrangeiros era oriunda dos Países Africanos de Língua Portuguesa, PALOP (93.838), com particular destaque para os cabo-verdianos (47.216),

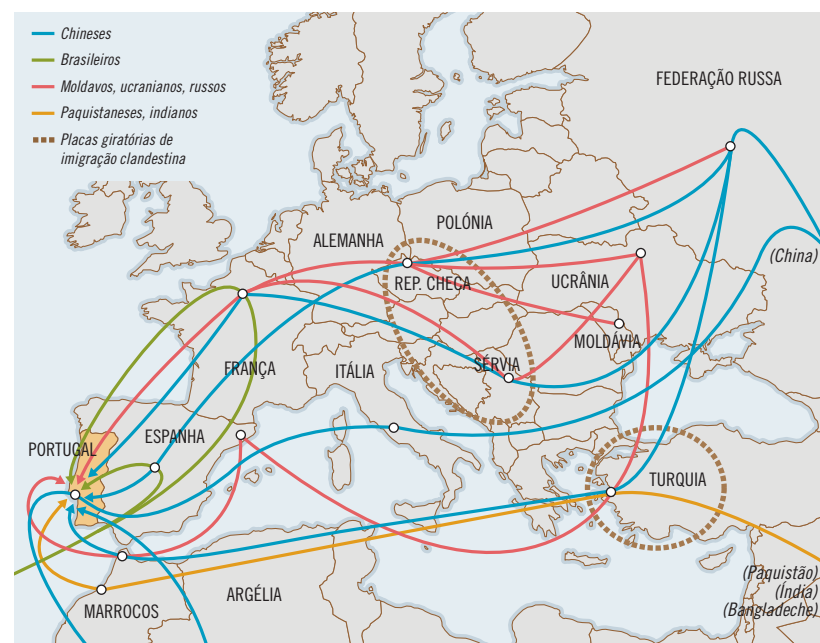
seguindo-se os europeus (56.783), maioritariamente provenientes do Reino Unido (14.094), de Espanha (12.189) ou da Alemanha (10.374). A partir de 2000 e até 2009, a tendência até aqui confirmada sofre uma clara alteração, já que se regista: (a) uma forte valorização dos imigrantes oriundos da América do Sul (de 27.638 em 2000 para 121.885 em 2009); (b) a emergência de novas origens, com incidência dos países do Leste europeu (79.198 em 2009); (c) uma tendência para o reforço dos residentes asiáticos (de 8.734 em 2000 para 30.277 em 2009); (d) um crescimento dos migrantes que integram a União Europeia, com uma significativa desvalorização das origens consideradas convencionais (Alemanha, Espanha e França) e um acréscimo de novas proveniências (Roménia, Bulgária, Itália, Holanda); (e) a tendência para um crescimento moderado dos oriundos dos PALOP. Este conjunto de novas situações é classificado numa categoria conceptual que as enquadra como “novos imigrantes”. Por um lado, por serem oriundos de regiões que, até ao início do século XXI, não eram consideradas no contexto migratório português, por outro lado, porque, ao serem referenciadas, se revelavam pouco significativas em resultado do reduzido número de casos.

Os canais de entrada em Portugal parecem ser tão diversos quanto as origens dos residentes estrangeiros, identificando-se, na generalidade dos casos, trajectos de grande complexidade, que implicam várias paragens, e inclusivamente alguns desvios, até chegarem ao destino final. Uma parte dos imigrantes sul-americanos,

Continente / País	2000	2009
União Europeia	56.783	94.157
Alemanha	10.374	8.614
Espanha	12.189	8.060
França	7.186	4.883
Holanda	n.e.	4.577
Itália	n.e.	4.499
Reino Unido	14.094	16.373
Roménia	n.e.	32.547
Bulgária*	376*	7.202
Outros	12.564	7.402
Europa (outros)	4.870	81.076
Moldávia	n.e.	20.773
Rússia	831	6.132
Ucrânia	n.e.	52.293
Outros	4.039	1.878
PALOP	93.838	113.159
Angola	20.468	26.557
Cabo Verde	47.216	48.845
Guiné-Bissau	16.006	22.945
Moçambique	4.660	3.328
São Tomé e Príncipe	5.488	11.484
África (outros)	5.269	8.693
América do Norte	10.259	3.275
América do Sul	27.638	121.885
Brasil	22.411	116.220
Venezuela	3.523	2.169
Outros	1.704	3.496
Ásia	8.734	30.277
China	3.278	14.396
Índia	1.296	5.782
Paquistão	960	2.698
Outros	3.200	7.401
Oceânia	529	260
Outra situação	278	81

Evolução dos residentes estrangeiros em Portugal, 2000-2009.

* em 2000, a Bulgária enquadrava-se na categoria Europa (outros); n.e. = não especificado.
Fonte: Serviços de Estrangeiro e Fronteiras.



Principais fluxos migratórios para Portugal (a partir de 2000). Fonte: TSF.

O PERFIL DO NOVO IMIGRANTE

Segundo estudos recentes (Reis *et al.*, 2010: 90; SEF, 2009), em média, o novo imigrante residente em Portugal tem um perfil específico que se tem vindo a demarcar em relação a períodos anteriores. Trata-se de um indivíduo em idade activa (em 2009, 79,5% tem idade compreendida entre os 20 e os 64 anos), com maior incidência do grupo etário compreendido entre os 20 e os 39 anos (48% do total em 2009), ou seja, com manifesta capacidade laboral, potenciada com o objectivo de garantir uma ambicionada forma de vida, assente em padrões europeizados de bem-estar com níveis alargados de consumo, da qual, pelas mais diversas razões, estava anteriormente privado como residente no país de origem. Apesar de se registar uma tendência para um incremento das mulheres, bem como eventuais variações em função do país de origem, o sexo masculino continua a ser prevaLENTE para a maioria dos imigrantes (52% em 2009), o que permite estabelecer um paralelismo com a característica laboral do processo migratório em Portugal. No que respeita aos casos particulares, destaca-se um predomínio de mulheres nas comunidades brasileira (55,2%) e cabo-verdiana (52,4%). Os principais sectores de actividade económica em que o imigrante se enquadra não requerem qualificação, centrando-se nas áreas da construção civil, do trabalho manual e artesanal, da prestação de serviços domésticos e de limpeza, incluindo os relacionados com a hotelaria e a restauração. As áreas litorais são as mais procuradas pelos imigrantes (82,1%), destacando-se Lisboa (43,2% em 2009) e outras cidades geograficamente localizadas a sul do Tejo, tais como Faro (16,2% em 2009) e Setúbal (10,9% em 2009) e com menor relevância as cidades do Centro e do Norte do país (6,1% reside no Porto, 3,1% em Aveiro e 2,6% em Coimbra). Desta forma, as cidades do interior, ou que se encontram mais distanciadas da capital, são tendencialmente menos procuradas, perfazendo um total de 17,9%.

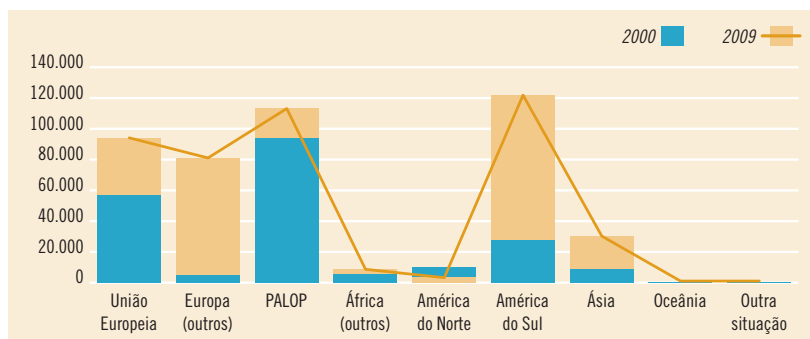
nomeadamente brasileiros, procede à entrada em Portugal via outros países europeus, tais como Espanha e França. Os imigrantes provenientes do Leste europeu e da Ásia, concretamente chineses, indianos e paquistaneses, efectuam várias paragens até chegar a Portugal, o que implica, na maioria dos casos, uma deslocação longa e faseada. A análise dos fluxos migratórios traduz ainda a ideia de que existem algumas regiões que se têm vindo a transformar em “placas giratórias” de imigração

clandestina, ou seja locais de passagem, neste caso de pessoas, onde ocorrem procedimentos ilícitos considerados facilitadores de uma mobilidade humana com entrada não regulamentada em determinados países. Estes são os casos da região oeste da Turquia, mas também da Europa central e oriental e de Portugal.

Na última década, registou-se assim uma tendência de reorientação, tanto das origens dos imigrantes, como das rotas que ligam o local de origem ao de chegada. Até ao final da década de 90 do século XX, o predomínio de imigrantes africanos com ligações históricas a Portugal parecia evidente, dando origem, com o passar do tempo, a cidadãos de origem familiar africana ou mista, de segunda e terceira geração. Apesar de, na primeira década do século XXI, os cidadãos de origem africana manterem a sua importância, outros imigrantes passaram a ser mais representativos, não só pelo número, mas também pela intensidade dos fluxos. Do ponto de vista das motivações implicadas na decisão de migrar, os factores económicos parecem continuar a prevalecer em relação a outros possíveis, tais como a reunificação familiar ou a requalificação, que surgem de forma associada e complementar. A possibilidade de encontrar um posto de trabalho, mesmo apresentando desvios em relação à formação inicial, aos conhecimentos adquiridos e consolidados e à qualificação do imigrante, resulta de forma determinante. As motivações económicas e laborais têm sustentado tanto uma deslocação, em grande medida, distante, morosa e arriscada, como uma permanência que, na maior parte dos casos, resulta precária e marcada por situações irregulares.

Desafios do novo quadro migratório

Associados à chegada e à permanência de imigrantes de origens diferentes, emergem desafios vários que obrigam à criação de mecanismos orientadores e reguladores que contribuam tanto para a minimização de problemas emergentes como para a geração de equilíbrios. A tomada de consciência de que o número de imigrantes em Portugal é substancialmente superior aos dados oficiais apresentados, e perante o facto de as origens terem sido objecto de diversificação, tem obrigado à criação de novos enquadramentos legais que permitam a regularização destes cidadãos. Este é um desafio genérico e global, que ultrapassa a dimensão meramente legal e de estatuto social. A multiplicidade de origens que compõe a es-



Evolução da imigração em Portugal, por origem, 2000-2009 (número de residentes).
Fonte: Serviços de Estrangeiros e Fronteiras.

trutura migratória em Portugal tem conferido ao país um traço de mosaico sociocultural. Na sequência da introdução de parte das referências identitárias dos novos residentes, as culturas de acolhimento tornam-se, por um lado, adaptáveis aos novos elementos e, por outro, resilientes. Mesmo que de forma inconsciente, os cidadãos nacionais passam por um duplo processo de adaptação, ora integrando naturalmente os novos elementos culturais, ora resistindo a um inevitável processo de mudança. Um dos principais desafios com que a sociedade portuguesa se tem confrontado consiste na regulação de novas complexidades culturais que resultam da emergência de uma sociedade mais plural e diferenciada, não apenas do ponto de vista socioeconómico mas, sobretudo, no que respeita aos padrões valorativos de referência. Esta estrutura cultural, que decorre da diversidade de elementos identitários em confronto, representa um importante desafio para a sociedade portuguesa enquanto acolhedora dos fluxos de estrangeiros.

Fernando Luís Machado (2003) refere que o principal desafio das comunidades de acolhimento dos imigrantes, e de forma particular sempre que a diversidade de origens aumenta, consiste na capacidade de integração destas populações. Integrar implica mais do que legalizar, permitir a permanência, facilitar um posto de trabalho, ensinar a língua e tantos outros aspectos, muitas vezes referenciados de forma isolada. Integrar significa a capacidade de criar formas de vida comuns, susceptíveis de valorizar a pessoa humana nas diferentes dimensões que a constituem, evitando segregação ou estigmatização pela identificação de elementos diferenciadores, quaisquer que eles sejam. A integração de imigrantes é um desafio de tal forma abrangente que é vulgar considerar-se que só é alcançada a partir da segunda geração (Portes, 1999).

Face às características da população imigrante e

ao contexto produtivo nacional, um outro desafio respeita à necessidade de criar condições que potenciem o enquadramento destes novos grupos na estrutura económica portuguesa. Os imigrantes, novos e tradicionais, têm contribuído, de forma determinante, para a promoção do desenvolvimento económico nacional. Se, por um lado, as necessidades de crescimento, de criação e de modernização de infraestruturas requerem a captação de mão-de-obra em grande quantidade, por outro lado, a estrutura sociodemográfica portuguesa não tem sempre, e de forma homogénea, permitido acompanhar o ritmo das necessidades laborais e produtivas tendentes ao esperado crescimento. Os imigrantes têm preenchido esta lacuna, contribuindo para a promoção do crescimento e da modernização produtiva, visto que o mercado de trabalho português se tem vindo a revelar progressivamente dependente deste tipo de mão-de-obra (Machado, 2003). ■

Notas

¹ Por ordem decrescente de importância nas estratégias de integração de imigrantes: Suécia, Portugal, Canadá, Finlândia, Holanda, Bélgica, Noruega, Espanha, EUA, Itália, Luxemburgo, Alemanha, Reino Unido, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Eslovénia, República Checa, Estónia, Hungria, Roménia, Suíça, Áustria, Polónia, Bulgária, Lituânia, Malta, Eslováquia, Chipre, Letónia (MIPEX, 2011: 11).

Referências bibliográficas

ATAÍDE, João; TORRES, Maria José (coord.) (2009) — *Relatório de Imigração, fronteiras e asilo*. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna.
BRITISH COUNCIL, MIGRATION POLICY GROUP (2011) — *Migrant Integration Policy Index III (MIPEX, Index III)*. Bruxelas: British Council.
MACHADO, Fernando Luís (2003) — “Imigração e Imigrantes em Portugal. Parâmetros de regulação e cenários de exclusão”. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 41.
PORTES, Alejandro (1999) — *Migrações Internacionais: origens, tipos e métodos de incorporação*. Oeiras: Celta Editora.
REIS, José; PEREIRA, Tiago Santos; TOLDA, João; SERRA, Nuno (2010) — *Imigrantes em Portugal. Economia, Pessoas, Qualificações e Território*. Coimbra: Alameda, Série Trabalho e Sociedade, Coleção CES.
SEF (2000) — *Estatística, Milénium 2000*. Núcleo de Planeamento, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna.